

Informação – Prova de Equivalência à Frequência

Disciplina	DIREITO
Prova 329 2025	12.º ano – Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho)
Tipo de Prova	Escrita

O presente documento divulga informação relativa à prova de equivalência à frequência da disciplina de Direito, a realizar em 2025, nomeadamente:

1. Objeto de avaliação

- A prova tem por referência as Aprendizagens Essenciais da disciplina de Direito.
- A prova incide, exclusivamente, sobre conteúdos contidos na matriz e os conceitos estruturantes das Aprendizagens Essenciais da disciplina de Direito.
- Em todas as respostas será valorizada a correção linguística, o que implica uma composição bem estruturada, com objetividade, poder de síntese, capacidade de análise e de interpretação crítica, recorrendo a uma terminologia adequada à temática em análise.
- Todas as páginas da prova são numeradas.
- A prova termina com a palavra FIM.

2. Caracterização e estrutura da prova

Matriz de Conteúdos e Competências

Temas	Conteúdos	Competências	Estrutura	Cotação
Tema I – O Homem, a sociedade e o direito	<p>A problemática da ordem social</p> <p>1 - A natureza social do Homem</p> <p>2 - A necessidade da existência do Direito</p> <p>3 - As diversas ordens sociais normativas</p> <p>4 - O Direito como produto cultural</p> <p>5 - O Direito e a evolução social</p> <p>A pessoa, fundamento e fim da ordem jurídica</p> <p>1 - Noção de personalidade jurídica</p> <p>2 - Direito Constitucional – conceito e importância</p> <p>3 - Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias</p> <p>4 - A problemática dos Direitos Humanos</p>	<p>Refletir sobre a natureza eminentemente social do Homem, a qual implica uma constante interação homem/sociedade e uma adequada existência de normas.</p> <p>Explicar o Direito como ordem social normativa, referindo as diversas ordens sociais normativas e as relações que entre si se podem estabelecer.</p> <p>Apresentar as características das normas jurídicas, exemplificando com recurso a normas jurídicas vigentes.</p> <p>Definir direito e distinguir entre direito objetivo e direito subjetivo.</p> <p>Refletir os valores fundamentais do direito (justiça, segurança, equidade).</p> <p>Refletir sobre o conceito de mudança social e os seus reflexos na evolução do Direito.</p> <p>Definir personalidade jurídica, distinguindo personalidade jurídica de capacidade jurídica.</p> <p>Caracterizar os direitos de personalidade; direitos civis e políticos; direitos económicos e sociais.</p> <p>Conhecer o conceito e importância do Direito Constitucional.</p> <p>Referir a noção de Constituição e reconhecer a relevância da CRP.</p> <p>Conhecer os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias, referindo as três gerações dos Direitos Humanos.</p> <p>Problematizar a questão dos Direitos Humanos, analisando os mecanismos para sua defesa no mundo atual e evidenciando a importância que revestem.</p>	GRUPO I	50
Tema II – O direito e a organização da sociedade	<p>O Estado – sociedade politicamente organizada</p> <p>1 - Direito Público e Direito Privado</p> <p>2 - Noção e elementos do Estado</p> <p>3 - Poderes e funções do Estado</p> <p>4 - Órgãos de soberania</p> <p>5 - Do Estado de Direito ao Estado Social de Direito</p>	<p>Distinguir Direito Público e Direito Privado, analisando situações concretas de conexão com o Direito Público e Direito Privado.</p> <p>Explicar o conceito de Estado e respetivos elementos (comunidade, território e poder político), distinguindo poder político de soberania.</p> <p>Caracterizar e distinguir as diversas funções do Estado (política, administrativa, legislativa e judicial), articulando-as com os órgãos de soberania.</p> <p>Conhecer os diversos órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) e respetivas composições e funções, refletindo sobre as relações de interdependência que entre eles se estabelecem.</p> <p>Identificar as características essenciais de um Estado de Direito e analisar a evolução do Estado de Direito ao Estado Social de Direito, reconhecendo o papel do Estado Social na promoção do desenvolvimento social e económico e na satisfação das necessidades coletivas.</p>	GRUPO II	20

<p>Tema III – Comunidade internacional</p>	<p>Direito internacional 1 - Relações internacionais 2 - Direito Internacional</p> <p>Direito da União Europeia 1 – Tratados institutivos 2 – Alargamento da União Europeia e saída do Reino Unido 3 – Processo de integração europeia 4 – Instituições e órgãos da União Europeia 5 - Direito da União Europeia e Direito interno</p>	<p>Definir comunidade internacional e evidenciar a relevância das relações internacionais no mundo atual globalizado, refletindo sobre a importância das organizações internacionais na resolução de situações que exigem soluções globais adequadas. Definir Direito Internacional e destacar as suas principais especificidades. Distinguir Direito Internacional Público de Direito Interno, identificando as fontes de Direito Internacional Público. Problematizar a eficácia do Direito Internacional Público. Conhecer o Direito da União Europeia (direito originário e direito derivado). Referir as várias fases da integração europeia desde a CEE à UE. Conhecer a estrutura orgânica da UE (instituições e órgãos e respetiva composição, funcionamento e competência). Distinguir Direito da UE de Direito Interno e analisar o princípio da receção automática previsto no artigo 8.º da CRP.</p>	<p>GRUPO III</p>	<p>20</p>
<p>Tema IV – As fontes do direito</p>	<p>As fontes do Direito 1 - A lei 2 - Costume 3 - Jurisprudência 4 - Doutrina 5 - Tratados internacionais</p>	<p>Explicar os vários sentidos da expressão fontes de direito. Definir Lei e apresentar os diversos sentidos que a palavra lei pode assumir (lei em sentido amplo e em sentido restrito; lei em sentido material e em sentido formal; lei constitucional e lei ordinária). Explicar o processo de elaboração das leis. Explicar o início e o termo de vigência das leis, refletindo sobre a importância da <i>vacatio legis</i> e distinguindo revogação de caducidade. Estabelecer a hierarquia das leis. Avaliar a importância do costume, da jurisprudência e da doutrina como fontes de direito. Analisar a importância dos tratados internacionais como fonte de direito à luz da CRPZ.</p>	<p>GRUPO IV</p>	<p>40</p>
<p>Tema V – Relação jurídica</p>	<p>Direitos e deveres jurídicos 1 – Relação jurídica - noção 2 – Direito subjetivo e dever jurídico 3 – Direito potestativo e sujeição 4 – Classificação de direitos subjetivos</p> <p>Elementos da relação jurídica 1 – Sujeitos 2 – Objeto 3 – Facto jurídico 4 – Garantia</p>	<p>Explicar o conceito de relação jurídica e apreender a sua importância para a ciência jurídica em geral. Referir os elementos da relação jurídica (sujeitos, objeto, facto jurídico e garantia). Caracterizar os sujeitos de direitos (sujeito ativo e sujeito passivo). Explicitar a noção de capacidade jurídica, distinguindo capacidade jurídica ou de gozo de capacidade de exercício e caracterizar as principais situações de incapacidade e identificar formas de suprimento de incapacidades. Dar uma noção de objeto, distinguir objeto imediato de mediato e identificar os possíveis objetos da relação jurídica. Explicar o conceito de facto jurídico, distinguindo factos jurídicos voluntários ou atos jurídicos de factos jurídicos involuntários ou naturais e negócio jurídico de simples atos jurídicos. Explicar os elementos do negócio jurídico, diferenciando os diversos tipos de negócios jurídicos. Distinguir garantias pessoais de reais, exemplificando as garantias mais usuais (fiança, hipoteca, penhor, direito de retenção, etc.).</p>	<p>GRUPO V</p>	<p>60</p>

Tema VI – As profissões jurídicas e parajurídicas	Profissões jurídicas 1 – Juízes 2 – Magistrados do Ministério Público 3 – Advogados 4 – Solicitadores 5 – Agentes de execução 6 – Notários 7 – Conservadores 8 – Oficiais de justiça	Distinguir profissões jurídicas de parajurídicas. Identificar as profissões jurídicas (magistrado, advogado, notário, conservador, solicitador, agente de execução, etc.) referindo as principais funções e deveres de cada profissão e a formação prévia inerente a cada uma.	GRUPO VI	10
	Profissões parajurídicas 1 – Diplomatas 2 – Deputados 3 – Governantes 4 – Autarcas	Identificar profissões parajurídicas (diplomatas, deputados, governantes, autarcas, etc.) referindo as principais funções e deveres de cada profissão e a formação prévia inerente a cada uma.		
			TOTAL	200

3. Critérios Gerais de Classificação

- Clareza e correção na exposição das ideias.
- Capacidade de análise e de articulação de saberes específicos da disciplina.
- Utilização adequada da terminologia jurídica e correção científica.
- Objetividade e capacidade de síntese.
- Adequação da resposta à questão formulada.
- As respostas são passíveis de terem cotação fracionada, de acordo com o conteúdo das mesmas.

4. Duração

- Duração da prova: 90 minutos.

5. Material autorizado

- O examinando apenas pode usar, como material de escrita, caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.
- Além do material de escrita, o examinando poderá utilizar a Constituição da República Portuguesa, não anotada.
- Não é permitido o uso de lápis nem de corretor.